

**HABEAS CORPUS Nº 533.499 - SC (2019/0276359-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : QUIOMAR DE AVILA FERREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de QUIOMAR DE AVILA FERREIRA, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA assim ementado (fl. 67):

RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO PENAL (LEI 7.210/1984, ART. 197). DECISÃO QUE CONCEDEU OITENTA E OITO DIAS DE REMIÇÃO DA PENA EM RAZÃO DA APROVAÇÃO INTEGRAL NO EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS – ENCCEJA 2018 RELATIVO AO ENSINO FUNDAMENTAL E ONZE DIAS REFERENTE A PERÍODO DE TRABALHO. INSURGIMENTO DO REEDUCANDO.

POSTULADA RETIFICAÇÃO E DEFERIMENTO DOS DIAS REMIDOS NO TOCANTE AO ENCCEJA PARA CENTO E SETENTA E SETE DIAS. IMPOSSIBILIDADE.

APENADO QUE NÃO FREQUENTOU CURSO EDUCACIONAL. CÁLCULO QUE DEVE CONSIDERAR A REDUÇÃO PELA METADE DAS MIL E SEISCENTAS HORAS DEFINIDAS COMO CARGA MÍNIMA PARA CONCLUSÃO DO RESPECTIVO NÍVEL DE ENSINO PELA RESOLUÇÃO 3/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 1º, IV, DA RECOMENDAÇÃO 44/2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

PREQUESTIONAMENTO. ABORDAGEM DA MATÉRIA POSTA EM DISCUSSÃO, COM EXPOSIÇÃO DE FUNDAMENTOS E ELEMENTOS DE CONVICÇÃO EXISTENTES NOS AUTOS. SUFICIÊNCIA.

PRONUNCIAMENTO CONSERVADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções proferiu decisão declarando remidos apenas 88 dias da pena do paciente, em razão da sua aprovação total no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA (fls. 20-22).

Interposto agravo em execução penal, o Tribunal local negou-lhe provimento.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, que *O PACIENTE obteve aprovação total no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) relativo ao ensino fundamental, havendo sido aprovado em 5 dos 5 campos de conhecimento avaliados no exame, e que, Por essa razão, deveria ser reconhecida a remição de 177 dias de sua pena, e não apenas 88 dias, nos termos da Recomendação n. 44/2013 do CNJ (fl. 8).*

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para reconhecer o direito do paciente à remição de 177 dias de sua pena, em razão da sua total aprovação no ENCCEJA.

A liminar foi indeferida (fl. 79).

As informações foram prestadas (fls. 85-114).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pela denegação do *habeas corpus* (fls. 117-122).

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, o ponto nodal de impetração diz respeito à remição de dias de pena em virtude da aprovação total na prova do ENCCEJA, requerendo-se a concessão da remição de 177 dias.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo em execução defensivo, com base nos seguintes fundamentos (fls. 69-71 e 73):

Presentes os respectivos pressupostos de admissibilidade, conhece-se da irresignação e passa-se à análise do seu objeto.

Malgrado a argumentação tecida pelo agravante, razão não lhe assiste.

**Com efeito, a Lei 7.210/1984 permite, quando houver certificado de órgão competente do sistema de educação, a diminuição da pena por período de estudo em decorrência da conclusão do ensino fundamental, cujo cálculo será de um dia de remição a cada doze horas de frequência escolar, sendo o produto, ainda, acrescido da fração de um terço (art. 126, §§ 1º, inciso I, e 5º).**

Ampliando essa possibilidade, a Recomendação 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça prescreve que, nas hipóteses em que o apenado não está vinculado a atividades regulares de ensino, mas, mesmo assim, realiza estudo por conta própria e, em decorrência disso, obtém a aprovação no exame nacional que certifica a conclusão do ensino fundamental ou médio – ENCCEJA, igualmente tem direito à remição da sua reprimenda (art. 1º, inciso IV).

Entretanto, neste caso, como não há assiduidade colegial por parte do reeducando, a base de cálculo será de cinquenta por cento da carga horária definida legalmente para o respectivo nível estudantil.

**O agravante comprovou através do certificado de fls. 340 do correlato PEC que alcançou avaliação positiva em todas as áreas exigidas, ou seja,**

**conquistou aprovação integral.**

**A decisão recorrida considerou que o total de horas de estudo do ensino fundamental a ser considerado para a remição é de oitocentas (fls. 347-349).**

**O insurgente, por sua vez, defende que este patamar é de mil e duzentas.**

**Referido decisum, contudo, mostra-se acertado nesta conjuntura.**

Com efeito, dispõe a antes citada recomendação do CNJ:

IV - na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 03/2010, do CNE], isto é, 1600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio;

É bem verdade que a leitura apressada da parte final do dispositivo, mormente quando desacompanhada de verificação do conteúdo da resolução a que remete, pode ensejar interpretação equivocada, segundo a qual as mil e seiscentas horas mencionadas são já o resultado da aplicação do montante de cinquenta por cento sobre o total da carga horária mínima definida para o nível fundamental de ensino.

Consulta à Resolução 3/2010 do Conselho Nacional de Educação, contudo, elimina qualquer ambiguidade possível, pois estabelece, em seu art. 4º, II:

Art. 4º Quanto à duração dos cursos presenciais de EJA, mantém-se a formulação do Parecer CNE/CEB nº 29/2006, acrescentando o total de horas a serem cumpridas, independentemente da forma de organização curricular:

[...] II - para os anos finais do Ensino Fundamental, a duração mínima deve ser de 1.600 (mil e seiscentas) horas; [...].

A metade disso, pois, são oitocentas horas, que, divididas por doze, resultam em sessenta e seis dias. Acrescidos de um terço, obtém-se, enfim, oitenta e oito, o que demonstra o acerto da decisão vergastada.

[...]

Logo, deve permanecer hígida a decisão profligada.

Ante o exposto, o voto é no sentido de conhecer do recurso e negar-lhe provimento.

Como se observa, a Corte *a quo* negou provimento ao agravo em execução defensivo, por entender que a recomendação do CNJ é clara ao afirmar que a carga horária para o ensino fundamental é de 1600 horas, razão pela qual, para fins de

remição, deve ser aplicada a metade de tal carga horária, resultando em um total de 800 horas, equivalentes à 66 dias remidos que, acrescidos de 1/3, obtém-se 88 dias para desconto na pena do paciente.

É consabido que o Conselho Nacional de Justiça editou a Recomendação n. 44/2013, conferindo interpretação extensiva ao art. 126 da Lei de Execução Penal, que possibilita a denominada remição da pena em decorrência do estudo, pelo condenado recolhido em regime fechado ou semiaberto.

Referida ampliação foi corroborada pela jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, que já se manifestou no sentido de que *A norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado, sendo possível o uso da analogia in bonam partem, que admita o benefício em comento, em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal* (REsp 744.032/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 5/6/2006).

Na mesma linha, firmou esta Corte posicionamento segundo o qual, *sendo um dos objetivos da Lei de Execução Penal, ao instituir a remição, incentivar o bom comportamento do sentenciado e sua readaptação ao convívio social, a interpretação extensiva do mencionado dispositivo impõe-se nessas circunstâncias, o que revela, inclusive, a crença do Poder Judiciário na leitura como método factível para o alcance da harmônica reintegração à vida em sociedade* (AgRg no HC 323.766/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 09/10/2015).

Especificamente quanto ao tema, decidiu recentemente a Quinta Turma, nos autos do HC 382.780, que *a aprovação (...) no ENEM (...) configura aproveitamento dos estudos realizados durante a execução da pena*. No voto condutor, complementou o Relator, em. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, que *essa particular forma de parametrar a interpretação da lei (no caso, a LEP) é a que mais se aproxima da Constituição Federal, que faz da cidadania e da dignidade da pessoa humana dois de seus fundamentos (incisos II e III do art. 1º). Mais: Constituição que tem por objetivos fundamentais erradicar a marginalização e construir uma sociedade livre, justa e solidária (incisos I e III do art. 3º). Tudo na perspectiva da construção do tipo ideal de sociedade que o preâmbulo de nossa Constituição caracteriza como "fraterna" (HC 94163, Relator Ministro CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 02/12/2008, DJe-200 divulgado em 22/10/2009, publicado em 23/10/2009, ement. vol. - 02379-04 PP-00851)*. E finalizou assinalando que *a interpretação dada ao art. 126 da LEP, pelo Superior Tribunal de Justiça decorre, indiscutivelmente, desse resgate constitucional do princípio da fraternidade*. Referido julgado

recebeu a seguinte ementa:

HABEAS CORPUS. HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CNJ. APROVAÇÃO NO ENEM. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA FRATERNIDADE. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

2. Esta Corte possui orientação no sentido de que "a norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado, sendo possível o uso da analogia in bonam partem, que admita o benefício em comento, em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal" (REsp n. 744.032/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 5/6/2006).

3. No caso, a aprovação da paciente no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) configura aproveitamento dos estudos realizados durante a execução da pena, conforme o art. 126 da LEP e Recomendação nº 44/2013 do CNJ.

4. Essa particular forma de parametrar a interpretação da lei (no caso, a LEP) é a que mais se aproxima da Constituição Federal, que faz da cidadania e da dignidade da pessoa humana dois de seus fundamentos (incisos II e III do art. 1º). Mais: Constituição que tem por objetivos fundamentais erradicar a marginalização e construir uma sociedade livre, justa e solidária (incisos I e III do art. 3º). Tudo na perspectiva da construção do tipo ideal de sociedade que o preâmbulo de nossa Constituição caracteriza como "fraterna" (HC 94163, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 02/12/2008, DJe-200 DIVULG 22-10-2009 PUBLIC 23-10-2009 EMENT VOL-02379-04 PP-00851).

5. Com efeito, a interpretação dada ao art. 126 da LEP, pelo Superior Tribunal de Justiça, decorre, indiscutivelmente, desse resgate constitucional do princípio da fraternidade.

6. Após a divulgação ampla pelo Conselho Nacional de Justiça das chamadas "Regras de Mandela", aprovadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas, segundo as quais, além da busca pela proteção da sociedade contra a criminalidade, a redução da reincidência e a punição pela prática do crime, também constituem objetivos do sistema de justiça criminal a reabilitação social e a reintegração das pessoas privadas de liberdade, assegurando-lhes, na medida do possível, que, ao retornarem à sociedade, sejam capazes de levar uma vida autossuficiente, com respeito às leis.

7. Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício, para reconhecer o direito da paciente à remição da pena pela aprovação no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

O ato normativo em comento – Rec. n. 44/2013/CNJ – recomenda que:

I - para fins de remição pelo estudo (Lei nº 12.433/2011), sejam valoradas e consideradas as atividades de caráter complementar, assim entendidas aquelas

que ampliam as possibilidades de educação nas prisões, tais como as de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, entre outras, conquanto integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional local e sejam oferecidas por instituição devidamente autorizada ou conveniada com o poder público para esse fim;

II - para serem reconhecidos como atividades de caráter complementar e, assim, possibilitar a remição pelo estudo, os projetos desenvolvidos pelas autoridades competentes podem conter, sempre que possível:

- a) disposições a respeito do tipo de modalidade de oferta (presencial ou a distância);
- b) indicação da instituição responsável por sua execução e dos educadores e/ou tutores, que acompanharão as atividades desenvolvidas;
- c) fixação dos objetivos a serem perseguidos;
- d) referenciais teóricos e metodológicos a serem observados;
- e) carga horária a ser ministrada e respectivo conteúdo programático;
- f) forma de realização dos processos avaliativos;

III - considerem, para fins de remição pelo estudo, o número de horas correspondente à efetiva participação do apenado nas atividades educacionais, independentemente de aproveitamento, exceto, neste último aspecto (aproveitamento), quando o condenado for autorizado a estudar fora do estabelecimento penal (LEP, art. 129, § 1º), ocasião em que terá de comprovar, mensalmente, por meio de autoridade educacional competente, tanto a frequência, como o aproveitamento escolar.

**IV - na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 03/2010, do CNE], isto é, 1600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio;**

[...] (com destaques)

Não se desconhece o entendimento de alguns Ministros desta Turma no sentido de que, em caso de aprovação no ENEM ou no ENCCEJA, o Juiz deverá considerar 50% de 1.200 horas para o ensino médio, e 50% de 1.600 horas para ensino fundamental, por concluir que, *aos estudantes maiores de idade aplica-se*

a Resolução nº 3, do Conselho Nacional de Educação, [...] a qual institui diretrizes específicas para o Programa de Educação de Jovens e Adultos, com idade mínima de 18 anos completos, com duração menor do ensino médio (AgRg no HC 424.532/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 2/8/2018, DJe 13/8/2018).

No entanto, mantenho o entendimento *in bonam partem* adotado pela Quinta Turma e pela maioria dos julgados da Sexta Turma desta Corte no sentido de que, ao apontar as 1.600 horas para o ensino fundamental e 1.200 horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio, a Recomendação 44/2013 do CNJ está se referindo ao índice de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino, com base no qual serão calculados os dias a serem remidos. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PEDIDO DE REMIÇÃO POR ESTUDOS. APROVAÇÃO NO ENEM. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. POSSIBILIDADE. RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO. REINTEGRAÇÃO SOCIAL. FORMA DE CÁLCULO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO.

1. Quando a Resolução CNJ n. 44/2013 menciona a carga horária de 1.600 horas para o ensino fundamental e 1.200 horas para o ensino médio, refere-se ao percentual de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino. Considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio, ou seja, 1.200 horas, deve-se dividir esse total por 12, encontrando-se o resultado de 100 dias de remição em caso de aprovação em todos os campos de conhecimento do Enem.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 446.932/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 30/08/2019).

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA PELA APROVAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM). ART. 126 DA LEP. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CNJ. BASE DE CÁLCULO. ARTS. 24, I, E 35 DA LEI 9.394/1996. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O art. 126 da Lei de Execução Penal determina que o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

2. Esta Corte Superior de Justiça firmou entendimento e tem admitido a possibilidade de abreviação da reprimenda em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal, como resultado de uma interpretação analógica *in bonam partem* da norma inserta no art. 126 da LEP. De outro lado, a Recomendação n. 44/2013 do CNJ indica aos Tribunais a possibilidade de

remição por aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Verifica-se, portanto, que o objetivo deste conjunto de regras acerca da remição da pena por aproveitamento dos estudos é o de incentivar os apenados aos estudos, bem como sua readaptação ao convívio social.

**3. Considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio, ou seja, 1.200 horas, deve-se dividir esse total por doze, encontrando-se o resultado de 100 dias de remição em caso de aprovação em todos os campos de conhecimento do ENEM. Serão devidos, portanto, 20 dias de remição para cada uma das cinco áreas de conhecimento.** 4. In casu, como o agravado obteve aprovação integral, ou seja, nas cinco áreas de conhecimento, a remição deve corresponder a 100 dias com os acréscimos legalmente permitidos. Interpretação dos arts. 24, I, e 35 da Lei n.

9.394/1996. Precedentes.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 447.375/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 4/4/2019, DJe 10/4/2019.)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. REMIÇÃO DA PENA. APROVAÇÃO NO ENEM. INCENTIVO AO ESTUDO. CARÁTER DE RESSOCIALIZAÇÃO DA PENA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL - LEP. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. UTILIZAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça - STJ tem admitido que a norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado encorajando, inclusive, como no caso concreto, seu estudo por conta própria e consequente aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, sendo possível o uso da analogia in bonam partem, que admita o benefício em comento em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal, nos termos da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça, buscando, primordialmente, a readaptação do apenado ao convívio social. Precedentes.

**2. A Resolução CNJ n. 44/2013 menciona a carga horária de 1.600 horas para o ensino fundamental, e 1.200 horas para o ensino médio, que se refere ao percentual de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino. Considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio, ou seja, 1.200 horas, deve-se dividir esse total por 12, encontrando-se o resultado de 100 dias de remição em caso de aprovação em todos os campos de conhecimento do ENEM.**

Na hipótese, como o paciente obteve aprovação em duas áreas de



conhecimento do ENEM, a remição deve corresponder à 40 dias.

3. Agravo desprovido. (AgRg no HC 464.410/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 8/11/2018.)

Diante disso, pode-se notar que a aprovação total no ENCCEJA, ou seja, nas 5 áreas do conhecimento que a compõe, daria direito à remição de 133 dias (1.600 horas divididas por 12, que corresponde a 26 dias pela aprovação em cada uma das disciplinas). E, considerando-se que o paciente obteve aprovação em todas as 5 áreas do conhecimento avaliadas, faz jus, ainda, ao acréscimo de 1/3, alcançando, assim, a remição de 177 dias.

Evidenciado, portanto, o constrangimento ilegal, há de ser concedida a ordem pretendida no presente.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para reconhecer o direito do paciente à remição de 177 dias, em razão de sua aprovação total no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator